

REFLEXÕES DO FÓRUM DE DIRIGENTES DE ENSINO (FDE/CONIF) SOBRE O RETORNO GRADUAL ÀS ATIVIDADES PRESENCIAIS NAS INSTITUIÇÕES DA RFEPC

1- INTRODUÇÃO

Em virtude da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), as instituições de ensino do Brasil tiveram suas atividades acadêmicas suspensas a partir de março de 2020. Diante dessa situação, as instituições precisaram se reinventar ofertando as atividades de forma remota emergencial. Especialmente em relação à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - RFEPC, as atividades de ensino, pesquisa e extensão têm sido desde então realizadas predominantemente de forma não presencial, o que tem demandado grande esforço institucional e uma relação singular entre a Instituição e a comunidade acadêmica, especialmente em relação aos discentes. Infelizmente, a situação duradoura da pandemia, tem nos imposto desafios diários na manutenção do ensino de qualidade aos estudantes e na realização de atividades laboratoriais e de campo, além da preocupação com a saúde física e mental de toda a comunidade acadêmica. Soma-se a essa situação, a ansiedade natural da população, servidores e gestores em relação à retomada gradual das atividades presenciais, após longo período de suspensão devido a pandemia.

Por conta desse cenário e, tendo em vista a evolução do processo de vacinação dos servidores e colaboradores das instituições da Rede Federal, bem como as inquietações causadas pelas pressões pelo retorno, o Fórum dos Dirigentes de Ensino - FDE se propôs, por meio de um Grupo de Trabalho, a coletar, analisar documentos das instituições da RFEPC, dialogar sobre o tema com outras instituições de ensino e propor um documento com reflexões e orientações gerais para que as instituições construam seus planos de retorno às atividades presenciais, de forma gradual e segura.

O planejamento deste retorno, a partir de um diagnóstico local, com preparação dos ambientes e engajamento da comunidade escolar é a forma adequada de buscar soluções coletivas que ampliem a defesa do direito à educação.

2- OBJETIVOS

- Propor um documento com reflexões e orientações gerais para que as instituições da Rede Federal construam seu planejamento, visando o retorno gradual e seguro às atividades presenciais.
- Sugerir etapas para o retorno gradual às atividades presenciais, com base em indicadores técnicos e científicos.
- Sugerir os tipos de atividades possíveis de serem desenvolvidas de forma presencial em cada fase, aliados a implementação efetiva de estratégias de mitigação e biossegurança.

3- INFORMAÇÕES PRÉVIAS

Para a implementação das estratégias para a retomada gradual, sugere-se:

- Realizar um diagnóstico da infraestrutura física das unidades para atendimento ao protocolo sanitário;
- Verificar se há insumos necessários para a retomada e, se necessário, adquiri-los;
- Realizar levantamento de servidores e estudantes em situação de risco e o índice de imunização;
- Mapear os estudantes que não estão acompanhando as Atividades Não Presenciais (ANP's);
- Dimensionar o impacto do retorno gradual na carga horária dos docentes.
- Avaliar a garantia de acesso integral aos conteúdos a todos os estudantes que eventualmente não tenham condições de participar das atividades presenciais.

4- RECOMENDAÇÕES

- Instituir Comissões Central e Locais de Acompanhamento do Plano de Retorno;
- Promover formações sobre o protocolo sanitário estabelecido para prevenção de contágio da COVID-19;
- Respeitar rigorosamente as medidas sanitárias de prevenção;
- Criar estratégias de comunicação permanente com a comunidade escolar;
- Estabelecer estratégias de busca ativa dos estudantes que não estejam participando das atividades;
- Elaborar plano para o acolhimento socioemocional dos estudantes e dos servidores;
- Definir orientações para realização de avaliações diagnósticas e formativas para nortear o processo de aprendizagem e recuperação;
- Manter as estratégias para a inclusão digital dos estudantes;
- Reorganizar os calendários escolares de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação - CNE;
- Realizar Atividades Não Presenciais em alternância com as atividades presenciais quando necessário;
- Prosseguir com o uso de tecnologias para complementar as aulas presenciais;
- Promover formação continuada de servidores;

5- FASES

Planejamento estratégico para a retomada das atividades presenciais:

- 1ª Fase (**Atividades Não Presenciais - ANP's**) - Contempla as atividades de ensino e atividades administrativas de forma remota, correspondendo à fase atual na maioria das instituições.
- 2ª Fase (**Retomada**) - Definida como a fase de retorno inicial e gradual para os servidores e alunos. Disponibilização de laboratórios de informática e/ou outros ambientes para alunos que tenham dificuldade com as Atividades Não Presenciais e continuidade de atividades de pesquisa, extensão, estágio e aulas práticas.
- 3ª Fase (**Regime de oferta mista**) - Realização de Atividades Não Presenciais em alternância com atividades presenciais.
- 4ª Fase (**Aulas presenciais**) - Retorno presencial de 100% das atividades de ensino.

6- SUGESTÃO DE INDICADORES

Para auxiliar a tomada de decisão visando o retorno das atividades presenciais, é importante definir conjuntamente com o setores da área de saúde, para todas as fases, alguns parâmetros com base em indicadores de saúde para controle da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), conforme sugestão a seguir:

- Taxa de contágio (R_0);
- Taxa de transmissão comunitária;
- Redução do número de óbitos;
- Taxa de ocupação de leitos UTI adultos reservados para a COVID-19;
- Índice de imunização dos servidores e terceirizados.

Sugere-se que cada instituição avalie a adequabilidade da utilização dos indicadores acima citados, podendo acrescentar ou suprimir indicadores, de acordo com a orientação dos profissionais de saúde da instituição, bem como a utilização de outros critérios estabelecidos pelos poderes públicos estaduais e municipais, como por exemplo, o sistema de bandeiramento.

7- ATIVIDADES

Para cada fase do processo de retomada das atividades presenciais, conforme apresentado no item 5, sugere-se um conjunto de atividades que podem ser desenvolvidas.

7.1- Fase 1

Na primeira fase, em que não é possível o desenvolvimento de atividades presenciais, as aulas teóricas e práticas, atividades administrativas, pedagógicas, de extensão e de pesquisa serão desenvolvidas predominantemente em formato não presencial, sendo recomendável:

- Privilegiar a realização de atividades on-line síncronas e assíncronas de acordo com a disponibilidade tecnológica;
- Utilização de correios eletrônicos, aplicativos de bate-papo, redes sociais, para estimular e orientar os estudos;
- Utilização de videoaulas, gravadas e atreladas a plataformas digitais;
- Recomendação de cursos, palestras, lives e ou Webinar de instituição(ões) na área do curso;
- Consultas a bibliotecas virtuais e centros de documentação virtuais;
- Visitas à(s) instituição(ões) educacional(ais) e cultural(ais) por meios virtuais.

No que tange às atividades de práticas profissionais, estágios e atividades práticas tradicionalmente conduzidas em laboratórios, estas poderão ser substituídas por outras, utilizando simuladores ou outras ferramentas de tecnologia de informação e comunicação, planejadas metodologicamente, respeitando-se as normas vigentes e devidamente aprovadas pelos colegiados competentes.

7.2- Fase 2

Na segunda fase em que algumas atividades presenciais podem ser desenvolvidas, é recomendável:

- Retomada gradativa das atividades administrativas dos setores, adotando o rodízio de servidores;
- Retomada das atividades de ensino de cunho prático, em laboratórios;
- Orientações presenciais de TCC, estágios, pesquisa, extensão e demais programas de formação profissional;
- Retomada das atividades de estágio, de extensão e de pesquisa; Defesas de TCCs, dissertações, teses, exame de qualificação e relatórios;
- Entrega presencial de documentos e protocolos;
- Atividades de práticas de ensino; Monitoria;
- Reuniões de pequenos grupos, para o planejamento de ações de programas e projetos;
- Avaliação da aprendizagem de forma presencial, para grupos reduzidos de estudantes;
- Atividades de ensino que envolvam práticas esportivas corporais em pequenos grupos.

7.3- Fase 3

Na terceira fase em que um número maior de atividades presenciais podem ser desenvolvidas, com a possibilidade de alternância entre as atividades não presenciais e presenciais, é recomendável:

- Estabelecer o número de pessoas a serem comportadas em cada ambiente em acordo com as recomendações sanitárias vigentes;
- Considerar os recursos tecnológicos voltados para desenvolver aulas simultâneas;
- Priorizar as turmas concluintes;
- Estabelecer trilhas formativas para o desenvolvimento de aulas alternadas;
- Levantar junto à comunidade docente quais componentes devem ser priorizados, considerando o desenvolvimento e avaliação das aulas não presenciais ministradas até o momento;
- Considerar, em diálogo com as turmas, quais os conhecimentos dos componentes demandam atendimento presencial e quais podem ser mantidos remotamente;
- Realização de provas preferencialmente online;
- Frequência do estudante atribuídas pela realização e entrega de atividades;
- Participação opcional dos estudantes nas aulas presenciais.

7.4- Fase 4

Na quarta fase em que é possível a volta total das atividades presenciais, é recomendável:

- Realizar diagnóstico do que foi desenvolvido ao longo das fases anteriores;
- Estabelecer estratégias para a recuperação de conteúdos;
- Estabelecer uma política de monitoria para auxiliar na reposição e/ou apresentação de conteúdos;
- Criação de grupos de apoio, tanto acadêmico quanto sócio-afetivo, voltado para o acolhimento estudantil.

8- ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO E BIOSSEGURANÇA

Na medida em que a retomada gradual das atividades presenciais for sendo efetivada, é necessário levar em consideração alguns aspectos de mitigação e biossegurança:

- Flexibilizar a jornada de trabalho, evitando concentração de pessoas em um único turno, bem como deslocamentos em horários de pico (em que há a possibilidade de ocorrer aglomeração de pessoas);
- Restringir a entrada de visitantes nos ambientes das unidades;
- Divulgar amplamente os documentos institucionais que abordem a prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19);
- Planejar estratégias de acolhimento aos estudantes e trabalhadores das unidades, caso haja retorno às atividades presenciais, em conjunto com os diversos setores e departamentos;
- Adotar medidas para diminuição da intensidade e duração do contato pessoal, seja com o público interno ou externo;
- Priorizar agendamentos de horários de atendimento, evitando assim a aglomeração e distribuindo o fluxo de pessoas;
- Providenciar a limpeza e desinfecção dos locais de trabalho e das áreas comuns no início, no final e nas trocas dos turnos de trabalhos;
- Reforçar a limpeza de vasos sanitários e vestiários, bem como nos pontos em que há elevado contato de diversas pessoas, como corrimões, maçanetas, elevadores, mesas, cadeiras, entre outros pontos;
- Evitar a ocupação de ambientes sem janelas (fechados/confinados) ou que não tenham a possibilidade de renovação de ar;
- Disponibilizar recursos para a higienização das mãos perto dos locais de trabalho, conforme recomendações específicas;
- Disponibilizar recursos para aferição de temperatura de todos que adentrarem nos ambientes das unidades, conforme recomendações gerais;
- Reforçar a fiscalização das empresas contratadas para que disponibilizem os EPI aos seus colaboradores.

De acordo com as recomendações para o planejamento de retorno às atividades escolares presenciais no contexto da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), elaborados pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), sugere-se cinco estratégias para a mitigação que cada unidade deve implementar, a saber:

- Uso correto e constante de máscaras;
- Distanciamento social o máximo possível;
- Higiene respiratória e das mãos;
- Limpeza e desinfecção;
- Rastreamento de contatos em colaboração com departamentos de saúde locais.

9- SUGESTÃO DE MATRIZ DE FASES PARA O RETORNO PRESENCIAL

FASES	INDICADORES (Necessidade de validação por profissionais da área de saúde)	ATIVIDADES	CAPACIDADE DA ESCOLA PARA IMPLEMENTAR 5 ESTRATÉGIAS PRINCIPAIS DE MITIGAÇÃO*
Atividades Não Presenciais	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de atendimento da rede hospitalar local (taxa de ocupação de leitos clínicos e de UTI, acima de 80% de leitos ocupados na rede pública). - Taxa de contágio (R_0) > 1,00 - Taxa de transmissão comunitária: número de casos novos por dia por 100.000 habitantes, nos últimos 07 dias (> 50) - Redução menor que 20% no número de óbitos e casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), comparando à Semana Epidemiológica (SE) finalizada, em relação a duas semanas anteriores (Faixa verde – CONASS / CONASEMS) - Índice de vacinação da <u>população</u> menor que 20% (2ª Dose) e vacinação de <u>profissionais de educação</u> até 1ª Dose. 	Item 7.1	As estratégias não foram implementadas
Retomada	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de atendimento da rede hospitalar local (taxa de ocupação de leitos clínicos e de UTI, entre 60 e 80% de leitos ocupados na rede pública). - Taxa de contágio (R_0) < 1,0 (em 7 dias consecutivos) - Taxa de transmissão comunitária: número de casos novos por dia por 100.000 habitantes, nos últimos 07 dias (entre 25 e 50) - Redução maior que 20% no número de óbitos e casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), comparando à Semana Epidemiológica (SE) finalizada, em relação a 	Item 7.2	Entre 3 e 4 estratégias foram implementadas de forma correta e consistente



	<p>duas semanas anteriores (Faixa verde – CONASS / CONASEMS)</p> <ul style="list-style-type: none">- Índice de vacinação da <u>população</u> entre 20 e 40% (2ª Dose).- Índice de vacinação de <u>profissionais de educação</u> concluída em 2ª Dose.		
Regime de oferta mista	<ul style="list-style-type: none">- Capacidade de atendimento da rede hospitalar local (taxa de ocupação de leitos clínicos e de UTI, abaixo de 60% de leitos ocupados na rede pública).- Taxa de contágio (R_0) < 0,8 (em 7 dias consecutivos)- Taxa de transmissão comunitária: número de casos novos por dia por 100.000 habitantes, nos últimos 07 dias (entre 10 e 25)- Redução maior que 20% no número de óbitos e casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), comparando à Semana Epidemiológica (SE) finalizada, em relação a duas semanas anteriores (Faixa verde – CONASS / CONASEMS)- Índice de vacinação da <u>população</u> entre 40 e 70% (2ª Dose)- Índice de vacinação de <u>profissionais de educação</u> concluído em 2ª Dose.- Índice de vacinação da <u>comunidade acadêmica</u> entre 40 e 70% (2ª Dose).	Item 7.3	5 estratégias foram Implementadas corretamente, mas de forma inconsistente
Aulas presenciais	<ul style="list-style-type: none">- Capacidade de atendimento da rede hospitalar local (taxa de ocupação de leitos clínicos e de UTI, abaixo de 60% de leitos ocupados na rede pública).- Taxa de contágio (R_0) < 0,5 (em 7 dias consecutivos)- Taxa de transmissão comunitária: número de casos novos por dia por 100.000 habitantes, nos últimos 07 dias (< 10)- Redução maior que 20% no número de óbitos e casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), comparando à Semana Epidemiológica (SE) finalizada, em relação a duas semanas anteriores (Faixa verde – CONASS / CONASEMS)- Índice de vacinação da população maior que 75% (2ª Dose)- Índice de vacinação de profissionais de educação concluída em 2ª Dose.	Item 7.4	5 estratégias foram Implementadas de forma correta e constante



CONIF

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL
DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

	- Índice de vacinação da comunidade acadêmica maior que 75% (2ª Dose).		
--	--	--	--

*Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)